

## ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e oito (13.08.2008), às nove horas (09h), no plenário dos Colegiados, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para sua 21ª (vigésima primeira) Sessão Ordinária, sob a presidência da Drª. Leila da Costa Vilela Magalhães. Registrou-se as ausências justificadas dos Drs. José Omar de Almeida Júnior, Cesar Augusto Margarido Zaratini e Marco Antônio Alves Bezerra. Constatou-se, ainda, as presenças, além dos membros do Colegiado, do Dr. José Maria da Silva Júnior, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP, do Sr. Alan Furtado Silva, Presidente da Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público – ASAMP e de vários servidores desta instituição. Verificada a existência de *quorum*, a Presidente declarou aberta a sessão, dando conhecimento da **pauta**, que consistiu em: 1) Apreciação de Atas; 2) Autos nº. 006/2008 – Minuta do quadro de atribuições/ Promotorias de Justiça de Araguaína – Comissão de Assuntos Institucionais; 3) Autos nº. 007/2008 – Provimento de Promotorias de Justiça da Comarca de Araguaína – Comissão de Assuntos Institucionais; 4) Autos nºs. 003/2007 e 008/2007 – atribuições das Promotorias de Justiça Criminais, e Infância e Juventude da Capital – Comissão de Assuntos Institucionais; 5) Autos nº. 008/2008 – Requerimento de alteração das atribuições das Promotorias de Justiça de Pedro Afonso – Comissão de Assuntos Institucionais; e 6) Outros. Antes, porém, de adentrar à pauta, a Presidente comunicou ao Colegiado acerca do encaminhamento de projeto de lei à Assembléia Legislativa do Estado visando ao aumento salarial dos servidores comissionados deste *parquet*, sob forma de nova tabela de subsídios. Em seguida, em apreciação, as **Atas da 20ª Sessão Ordinária e da Sessão Solene de Posse dos Promotores de Justiça Substitutos** restaram aprovadas à unanimidade. Dando prosseguimento, o Presidente da Comissão de Assuntos Institucionais, Dr. Alcir Raineri Filho, apresentou os **Autos nºs. 006 e 007/2008**, juntamente com **Requerimento, datado de 12/08/2008, da lavra dos Promotores de Justiça de Araguaína**, todos referentes a atribuições e

provimento de promotorias de justiça daquela comarca. Após longo debate acerca do assunto, a Dra. Leila Vilela colocou em votação a proposta de designar à 11ª Promotoria de Justiça de Araguaína, a ser instalada pelo Conselho Superior do Ministério Público, atribuições na área de família e sucessões, a qual restou aprovada à unanimidade. Logo após, o Dr. Alcir Raineri trouxe a debate os **Autos nºs. 003 e 008/2007**, referentes a atribuições das Promotorias de Justiça Criminais e Infância e Juventude da Capital, respectivamente. Discutida a matéria, restou aprovada, à unanimidade, a sugestão de que a Comissão de Assuntos Institucionais busque uma conciliação entre todos os promotores de justiça de Palmas, assim como ocorrido nas comarcas de Porto Nacional e Araguaína, visando melhor distribuição das atribuições, de modo geral. Em seguida, passou-se à apreciação dos **Autos nº. 008/2008**, também de responsabilidade da Comissão de Assuntos Institucionais, em que o Dr. André Ramos Varanda, 1º Promotor de Justiça de Pedro Afonso, requer a alteração das atribuições das promotorias de justiça daquela comarca, para a divisão equânime do serviço, independentemente da área de atuação (cível ou criminal), devendo esta ser efetuada segundo a numeração par ou ímpar dos processos. Após longo debate sobre o tema, o Dr. João Rodrigues apresentou proposta no sentido de manter as atribuições distintas, nas áreas criminais e cíveis para a 1ª e 2ª Promotorias de Justiça daquela comarca, respectivamente, até o provimento do cargo de 2º Promotor de Justiça de Pedro Afonso, para que este, juntamente com o Dr. André Ramos Varanda, possa entrar em acordo e remeter nova proposta de atribuições para deliberação deste Colegiado. Antes de colher os votos, a Presidente franqueou a palavra ao Dr. José Maria, presidente da ATMP, que, após algumas considerações, manifestou apoio à proposta apresentada pelo Dr. João Rodrigues que, submetida à votação, restou aprovada por maioria. Esgotados os itens constantes na pauta, a Presidente, dando prosseguimento à sessão, prestou alguns **informes** referentes a questões administrativas, a saber: 1) o programa de informática referente à Progressão Horizontal já se encontra pronto e será imediatamente implantado; e 2) a regulamentação da produtividade está sob a responsabilidade da

Comissão de Assuntos Administrativos, para estudo e cálculos visando à inclusão no planejamento orçamentário do ano vindouro. Especificamente quanto à produtividade, a Dra. Angélica Barbosa da Silva, membro da Comissão de Assuntos Administrativos, usou da palavra para esclarecer que já houve sondagem por parte da comissão, inclusive com o Diretor-Geral, para levantamento dos compromissos financeiros da administração e pretende, em breve, apresentar o respectivo projeto de regulamentação, de acordo com a realidade orçamentária da instituição. Em seguida, o Sr. Alan Furtado, Presidente da ASAMP, fez uso da palavra para postular que a CAA considere o fato de que o pagamento da produtividade não constitui aumento salarial e, sim, incentivo funcional. Além disso, salientou que o Plano de Cargos, Carreira e Salários - PCCS já carece de reformas, propondo, ao final, a indicação de três servidores para trabalhar junto à CAA. A Presidente, então, afirmou a possibilidade de acatar a proposta da ASAMP, cujo desfecho se dará a partir de uma reunião com o seu presidente para a definição dos nomes a serem indicados. Por fim, o Dr. José Maria, presidente da ASAMP, retomou a palavra para informar sobre a aprovação da nova lei que trata da estrutura operacional do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGPREV/TO, que viabilizará que representantes do Ministério Público, do Judiciário, do Tribunal de Contas e demais servidores ativos e inativos, indicados pelas respectivas associações, participem do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal daquele Instituto, definindo, assim, a política de investimentos e a gestão do fundo previdenciário. Nada mais havendo, a sessão foi encerrada às doze horas e quinze minutos (12h15min), do que, para constar, eu, \_\_\_\_\_, Elaine Marciano Pires, lavrei a presente, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.

Leila da Costa Vilela Magalhães

Alcir Raineri Filho

Angélica Barbosa da Silva

Vera Nilva Álvares Rocha



Colégio de Procuradores de Justiça

(continuação da Ata da 21ª Sessão Ordinária do CPJ)

João Rodrigues Filho

José Demóstenes de Abreu

Clenan Renaut de Melo Pereira

Ricardo Vicente da Silva

Elaine Marciano Pires